

Sumário

Número de notícias: 16 | Número de veículos: 13

AMAZONAS DIREITO - MANAUS - AM
ANFIP

Mero exercício de atividade temporária do cargo não caracteriza desvio de função 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Competência do auditor na reclassificação de importados - OPINIÃO JURÍDICA 4

JORNAL NH - NOVO HAMBURGO - RS - COMUNIDADE
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo federal destinará R\$ 741 milhões para o RS 6

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Orçamento 2024: governo estima que arrecadação atingirá maior nível em 14 anos 8

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Justiça livra farmacêuticas de IR sobre vendas à União 10

PORTAL UOL - ACHADOS DA BOLSA
SEGURIDADE SOCIAL

Como funcionam os fundos de super-ricos e por que estão na mira do governo 12

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

A revolução silenciosa e a reforma administrativa - BRUNO CARAZZA 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Na mira do governo, saque-aniversário é usado por 32,7 milhões de trabalhadores 16

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
POLÍTICA

Uma novela enfadonha e disfuncional (Editorial) 18

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Avaliação do gastos também vai visar déficit zero, diz secretário 20

VALOR ONLINE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Câmara e Senado travam nova disputa por protagonismo 23

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

Horizonte complexo para a economia (Editorial) 25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

"A percepção do arcabouço está equivocada" 26

O GLOBO - RJ - MUNDO
ECONOMIA

Lula: G20 foi ineficaz "para corrigir erros do neoliberalismo" 28

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Risco fiscal preocupa os banqueiros centrais - ALEX RIBEIRO 30

Segunda-Feira, 11 de Setembro de 2023

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Precatórios podem levar a déficit de 0,23% do PIB em 2027 32

Mero exercício de atividade temporária do cargo não caracteriza desvio de função

A 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) manteve a sentença que negou o pedido para reconhecer desvio de função a uma servidora. No recurso, a autora sustentou que foi designada para exercer as funções de analista ou de auditor da **Receita Federal** sem reajuste salarial, cargo diverso para o qual foi contratada, o de Técnica em Assuntos Educacionais.

O relator, desembargador federal Rui Gonçalves, referiu-se ao Supremo Tribunal Federal (STF) que consolidou o entendimento no sentido de que "é inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido".

Segundo o magistrado, o desvio de função não é reconhecido como forma de provimento, originário ou derivado, em cargo público, porquanto é ilegal e inconstitucional, complementou.

Segundo o desembargador, na hipótese em questão, a documentação anexa aos autos não demonstrou o pretendido desvio funcional da parte autora. O que se constatou foram portarias designando-a para realizar atividades temporárias ou substitutivas, não exclusivas da carreira de **auditoria da Receita Federal do Brasil** (RFB), tendo sido realizadas atividades de atendimento ao contribuinte, além de outras atividades administrativas, conforme documento oficial.

Atividade temporária e não discrepante - O desembargador ressaltou que o desvio de função deve ser caracterizado pela discrepância entre as funções legalmente previstas para o cargo em que o servidor foi investido e aquelas por ele efetivamente desempenhadas de forma habitual. "Não basta o mero exercício de atividade temporária ou episódica que se insira nas atribuições de cargo mais elevado para que o servidor tenha direito a vencimentos do cargo superior", concluiu.

Nesses termos, o Colegiado acompanhou o voto do relator para negar provimento ao recurso da autora.

Processo: 0008069-26.2009.4.01.3400

Fonte: TRF 1

Amazonas Direito

Notícias Relacionadas:

LEX MAGISTER

Mero exercício de atividade temporária do cargo não caracteriza desvio de função

Site: <https://www.amazonasdireito.com.br/138243-2/>

Competência do auditor na reclassificação de importados - OPINIÃO JURÍDICA

Janssen Murayama e Mariana Valença são, respectivamente, sócio-fundador de Murayama, Affonso Ferreira e Mota Advogados, mestre em Direito Tributário pela UERJ; e advogada em Murayama, Affonso Ferreira e Mota Advogados, com LL.M. em Direito Tributário pela Fundação Getúlio Vargas

A Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) é um sistema utilizado para classificar mercadorias que transitam entre os países membros do Mercosul, com o objetivo de facilitar o comércio exterior e a aplicação de **tributos**. No entanto, surgem questionamentos quanto à competência dos auditores fiscais estaduais para reclassificar o código NCM de produtos importados, o que pode levar a autuações indevidas aos contribuintes.

Esse artigo abordará a questão da competência para a referida reclassificação fiscal, esclarecendo que tal atribuição é de responsabilidade da União Federal, de acordo com as normas que regem o comércio exterior. Além disso, será analisada a ausência de responsabilidade do importador pela classificação atribuída pelo fabricante da mercadoria.

A Nomenclatura Comum do Mercosul é uma codificação que segue as diretrizes do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH) e possui natureza normativa, estabelecida em âmbito internacional.

A competência para a definição e alteração da NCM é atribuída aos órgãos competentes da União Federal, que são responsáveis por regulamentar o comércio exterior.

Dessa forma, os países integrantes do Mercosul - Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai - adotaram a Tarifa Externa Comum (TEC), com base na NCM, a qual instituiu a sistemática de classificação fiscal baseada no Sistema Harmonizado, utilizando o código NCM como critério identificador.

Os auditores fiscais estaduais, apesar de exercerem um papel fundamental na fiscalização e arrecadação dos **tributos** estaduais, não possuem autonomia para reclassificar o código NCM de produtos importados. Suas atribuições se limitam ao âmbito estadual e à aplicação dos **tributos** de sua jurisdição, não podendo interferir na classificação tarifária estabelecida em

nível internacional.

Isso porque, no Brasil, os códigos NCM estão previstos no Decreto Federal nº 8.950/2016, o qual veicula a Tabela de Incidência sobre Produtos Industrializados (TIPI).

Como se percebe, a classificação fiscal das mercadorias trata de matéria relativa ao comércio exterior, a qual é matéria de competência legislativa privativa da União Federal, nos termos do artigo 22, inciso VIII e parágrafo único, da Constituição Federal.

Assim, por se tratar de matéria cuja competência é privativa da União Federal, nenhum outro ente estatal pode criar, modificar ou extinguir regras jurídicas sobre a matéria, salvo expressa delegação específica realizada através de lei complementar.

No que tange à legislação nacional, as matérias relativas à classificação fiscal de mercadorias são de competência da **Receita Federal**, nos termos dos artigos 1º e 15, do Decreto Federal nº 7.482/2011.

Assim, o órgão da administração pública competente para dirimir dúvidas a respeito do enquadramento da classificação NCM é a Coordenação Geral de Administração **Aduaneira** (Coana) da **Receita Federal**, havendo, inclusive, previsão de procedimento administrativo específico para esses fins, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.494/2014.

Ou seja, a fiscalização estadual não possui competência funcional para pronunciar-se acerca das questões atinentes à classificação fiscal de mercadorias, não podendo questionar o código NCM utilizado pelo fornecedor do importador para enquadramento dos produtos vendidos.

Assim, a prática de reclassificação do código NCM por auditores fiscais estaduais pode resultar em autuações indevidas aos contribuintes que importam mercadorias, com consequências econômicas significativas.

Isso ocorre quando os auditores interpretam de forma equivocada a classificação tarifária, ignorando as especificações fornecidas pelos fabricantes ou importadores e enquadrando os produtos em códigos que acarretam em alíquotas de **tributos** mais

elevadas.

Essas autuações indevidas podem levar os contribuintes a enfrentar processos de fiscalização e litígios tributários, gerando custos adicionais, além de prejudicar a competitividade das empresas no mercado internacional.

Portanto, é fundamental que se estabeleça clareza e harmonização na classificação dos produtos, evitando interpretações divergentes por parte dos fiscais estaduais.

Como tratado ao longo deste artigo, é fundamental que se estabeleça uma clara divisão de competências no que diz respeito à reclassificação da NCM de produtos importados.

A responsabilidade por essa tarefa é da União Federal, órgão competente para regulamentar o comércio exterior, enquanto os auditores fiscais estaduais devem se ater às suas atribuições.

Autuações indevidas por parte do Fisco estadual podem acarretar prejuízos significativos aos contribuintes, comprometendo a segurança jurídica e a competitividade das empresas no mercado internacional. Nesse contexto, é essencial promover a capacitação e o diálogo entre as autoridades fiscais para garantir uma aplicação adequada da NCM e evitar equívocos na classificação fiscal das mercadorias em geral.

Janssen Murayama e Mariana Valença são, respectivamente, sócio-fundador de Murayama, Affonso Ferreira e Mota Advogados, mestre em Direito Tributário pela UERJ; e advogada em Murayama, Affonso Ferreira e Mota Advogados, com LL.M. em Direito Tributário pela Fundação Getúlio Vargas

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187656>

Governo federal destinará R\$ 741 milhões para o RS

O presidente em exercício, Geraldo Alckmin, anunciou no domingo (10), que o governo federal destinará cerca de R\$ 741 milhões de recursos para minimizar os danos causados pelo ciclone no Rio Grande do Sul. Os recursos serão alocados em diferentes ministérios, que utilizarão a verba para reconstruir o Estado ou para antecipar benefícios financeiros aos moradores da região atingida. Há 46 mortes até agora, na maior catástrofe climática da história do Estado.

Alckmin visitou o Rio Grande do Sul quase seis dias após a tragédia. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem sido criticado por aliados e pela oposição por não ter visitado a região. Na quinta-feira (7), Lula participou em Brasília das comemorações do Dia da Independência, gravou vídeo comendo jabuticaba do pé e viajou rumo à Índia, onde participa de encontro do G20.

O pacote de medidas inclui desde recursos para reconstruir estradas, reparo de unidades básicas de saúde, reconstrução das cidades, até antecipação de benefícios. O governo federal também atualizará o decreto de calamidade pública, passando de 79 municípios para 88 nessa situação.

"Temos três desafios. O primeiro é salvar vidas, o que foi feito e com enorme empenho. E continua o trabalho hospitalar de saúde. O segundo é reconstruir as cidades que foram destruídas. É impressionante a violência das águas. E o terceiro é salvar o emprego, recuperar a economia. Vamos encaminhar esses projetos. Precisamos de crédito mais alongado e com juros mais baixos", disse Alckmin.

Além do presidente em exercício, integraram a comitiva federal oito ministros do governo Lula. Entre eles o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social, o gaúcho Paulo Pimenta, que disse que, da parte do presidente Lula, houve "absoluta prioridade" para a tragédia no Rio Grande do Sul. (Agência Estado)

Antecipação do pagamento do Bolsa Família e do BPC Alckmin afirmou que, para ações compartilhadas entre o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e **Previdência Social**, serão destinados R\$ 57,4 milhões.

Segundo Alckmin, o pagamento do Bolsa Família para

peças da região será antecipado para 18 de setembro. Além disso, o pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC), repassado a idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade que tenha renda familiar per capita menor que um quarto do salário mínimo, será antecipado para o dia 25.

Além da antecipação do pagamento, famílias beneficiárias do BPC poderão fazer uma espécie de "empréstimo" de mais um salário mínimo e pagar o valor em 36 parcelas, sem juros e sem correção. O MDS também repassará aos municípios 800 reais por desabrigado, em duas parcelas de 400 reais, que serão transferidas às prefeituras para atender à população.

Construção de 1,5 mil casas Outra medida anunciada pelo governo federal é a construção de casas na região atingida. O governo alocará R\$ 195 milhões no Ministério das Cidades e no Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional para construção de unidades habitacionais.

Segundo o ministro das Cidades, Jader Filho, os municípios devem estar vinculados ao decreto de calamidade pública para solicitar as casas. Ele não especificou quando o sistema será aberto.

"O governo determinou para os municípios atingidos por tudo isso (a construção) de 1,5 mil unidades habitacionais de interesse social. Vamos reabrir o programa para municípios atingidos para que vocês possam dar entrada. É importante estarem vinculados à questão da calamidade pública", disse o ministro.

Operações emergenciais terão R\$ 26 mi Cerca de R\$ 26 milhões foram destinados ao Ministério da Defesa para financiar operações com helicópteros, maquinário e outros equipamentos utilizados para atender emergencialmente a população e nas operações de resgate. Alckmin explicou que as Forças Armadas poderão inclusive auxiliar na construção de pontes na região e outros aparatos.

Dinheiro para reconstrução e alimentos O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional empregará R\$ 185 milhões para reconstrução das cidades atingidas pelas chuvas e ações de defesa civil. Além disso, o valor será empregado para ajuda humanitária

às vítimas.

O governo federal alocou ainda R\$ 125 milhões no Ministério do Desenvolvimento Social e no Ministério do Desenvolvimento Agrário para compra de alimentos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Alckmin explicou que serão comprados alimentos de agricultores da região e distribuídos para as famílias locais. Cerca de 20 mil cestas serão distribuídas, as primeiras 5 mil chegaram ainda domingo.

Outras ações Para o Ministério da Saúde, serão destinados R\$ 80 milhões para que a pasta reforme unidades básicas de saúde, reconstrua equipamentos de saúde destruídos e construção do hospital de campanha, instaurado em Roca Sales. O ministério também enviou kits com medicamentos para as cidades atingidas.

Outros R\$ 16 milhões serão utilizados pelo Ministério dos Transportes para recuperar trechos de rodovia federal atingida pela chuva e de pontes.

A Caixa Econômica Federal vai permitir ainda o saque de parte do FGTS por pessoas que tenham sido atingidas pelas chuvas. Além disso, para os empresários locais, a **Receita Federal** vai prorrogar a data de pagamento de tributos federais.

Site: <https://digital.jornalnh.com.br/>

Orçamento 2024: governo estima que arrecadação atingirá maior nível em 14 anos

Por **Alexandro Martello, g1 - Brasília**

O governo federal estima que a arrecadação do governo atingirá, em 2024, o maior patamar em 14 anos - ou seja, desde o fim do segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2010.

Essa comparação leva em conta a receita corrente líquida - o que sobra da arrecadação após as transferências a estados e municípios e pode ser usado pelo governo federal.

De acordo com a projeção incluída na proposta do Orçamento de 2024, já enviada pelo Ministério da Fazenda ao Congresso, as receitas líquidas deverão atingir 19,2% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2024.

Em valores correntes, a estimativa do governo é de que a arrecadação líquida atingirá R\$ 2,19 trilhões no ano que vem, contra R\$ 1,90 trilhão em 2023 (dado revisado).

O aumento projetado de um ano para o outro é de R\$ 282 bilhões - cerca de 15% a mais que o arrecadado em 2023.

Para uma comparação histórica, no entanto, especialistas preferem usar um outro indicador: a proporção entre a arrecadação e o Produto Interno Bruto (**PIB**, soma das riquezas produzidas pelo país em um ano).

Veja abaixo a série histórica dessa relação arrecadação x **PIB**:

O aumento da arrecadação líquida, segundo a equipe econômica, é uma necessidade para reequilibrar o orçamento.

Com o princípio de que o orçamento seja equilibrado (sem déficit), o governo projeta que as despesas totais do governo somarão R\$ 2,19 trilhões - o mesmo patamar da receita.

Com isso, a relação despesa x **PIB** também ficaria em 19,2%. Veja a série histórica para essa comparação:

A equipe econômica anunciou na semana passada que buscará implementar medidas que elevem a arrecadação em R\$ 168 bilhões no ano de 2024.

Desse total, porém, somente R\$ 124 bilhões ficarão com o governo federal, informou a ministra do Planejamento, Simone Tebet. O restante será repassado aos estados e municípios por meio de transferências constitucionais.

Entre as ações para impulsionar as receitas, estão a tributação de offshores no exterior e de fundo exclusivos, anunciadas recentemente.

O objetivo das medidas de incremento da arrecadação é buscar um déficit zero nas contas do governo, objetivo que consta na proposta de orçamento de 2024 - que consta no arcabouço fiscal, a nova regra para as contas públicas.

Porém, a lista para incrementar a arrecadação também conta com medidas anunciadas e contabilizadas anteriormente no decorrer deste ano, como a retomada do voto de qualidade no **Carf**, colegiado responsável pelo julgamento de recursos de empresas multadas pela **Receita Federal**.

Algumas delas são fruto de decisões da Justiça, sobre as quais os contribuintes seguem aguardando esclarecimentos ou contestando judicialmente, além da taxação de encomendas internacionais.

Apesar do anúncio de medidas de aumento de receita, economistas têm criticado a ausência de ações mais concretas por parte da área econômica para cortar gastos públicos.

Embora o governo esteja prevendo elevar a receita líquida na proporção com o **PIB**, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem dito que o objetivo do governo não é aumentar a carga tributária.

Segundo ele, as ações visam acabar com benefícios concedidos a alguns setores e segmentos da sociedade no passado e, com isso, financiar o aumento de gastos sociais promovido pelo governo.

Em março deste ano, Haddad afirmou que o governo federal não pretende criar novos **tributos** ou aumentar a alíquota dos **impostos** existentes para a população em geral.

Se por carga tributária se entende criação de novos

tributos ou aumento de alíquota dos **tributos** existentes, a resposta é: não está no nosso horizonte. Não estamos pensando em CPMF, não estamos pensando em acabar com Simples, não estamos pensando em reonerar a folha de pagamentos , declarou o ministro, naquela ocasião.

A concepção da atual equipe econômica sobre o aumento de arrecadação contrasta com a visão do antigo ocupante da pasta, o ministro Paulo Guedes - que chefiou o Ministério da Economia nos últimos quatro anos no governo Jair Bolsonaro.

Guedes pregava a diminuição do Estado brasileiro - por meio do mecanismo do teto de gastos (que já perdeu a validade) -, e a redução de **impostos** para aumentar a competitividade do setor produtivo.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/09/11/orcam-ento-2024-governo-estima-que-arrecadacao-atingira-maior-nivel-em-14-anos.ghtml>

Justiça livra farmacêuticas de IR sobre vendas à União

Bárbara Pombo De Brasília

Empresas situadas no exterior passaram a sofrer retenção do Imposto de Renda (IR) sobre recebimentos relativos a contratos com o governo federal. O foco dessa cobrança está, por ora, sobre indústrias que fornecem medicamentos - inclusive os de alto custo - e outros produtos ao Ministério da Saúde. Mas advogados temem que possa se espalhar para remessas de pagamento de qualquer importação de bens ou serviços contratados pela administração pública.

Já há questionamentos judiciais.

Mandados de segurança foram impetrados por empresas na Justiça Federal em Brasília. Pelo menos quatro liminares foram concedidas. Em um caso, porém, foi negada com o argumento de que não haveria urgência na concessão da medida (processo nº 1081560-58.2023.4.01.3400).

Cabe recurso em todas as ações.

A retenção do IR - com alíquota de 15% ou 25% - passou a ser feita, segundo advogados, de um dia para o outro e afeta contratos em andamento. A alíquota mais alta, de 25%, é aplicada para empresas situadas em paraíso fiscal.

"As empresas estão preocupadas porque, para elas, isso é impraticável.

Na análise da venda das mercadorias não consideraram esse custo de 15% do IR", afirma Maria Rita Ferragut, sócia da área tributária do escritório Trench Rossi Watanabe.

Marcelo Roitman, sócio do PLKC Advogados, diz que um cliente vende medicamentos para o Sistema Único de Saúde (SUS) há 13 anos e nunca havia sofrido a retenção.

"Não existe base legal para a cobrança", afirma. "No fim, o governo acaba se concedendo um desconto de 15% no preço." A retenção ocorre no momento do pagamento ao fornecedor. Tem sido feita com base na Instrução Normativa nº 1.234, de 2012, da **Receita Federal**. O artigo 35, parágrafo 1º, estabelece que sobre o pagamento à pessoa jurídica domiciliada no

exterior incidirá o IR na fonte a ser retido pelo órgão pagador.

Nelson Mussolini, presidente executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma), diz que as importações envolvem especialmente medicamentos de alto custo, para tratamento de doenças raras e Aids. "Pedimos ao Ministério da Saúde que formule uma consulta urgente à **Receita Federal** para rever essa questão." A entidade, que reúne subsidiárias brasileiras das estrangeiras que estão sofrendo a retenção, entende que a cobrança fere o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês), que exige tratamento tributário igualitário entre produtos nacionais e importados.

Mussolini afirma que as empresas podem renunciar aos contratos por onerosidade ou pedir revisão dos preços diante do encargo. "Pode haver encarecimento de medicamentos importados", diz.

No Ministério da Saúde, a retenção passou a ser feita com o aval de um parecer da consultoria jurídica da pasta, assinado em junho.

Existia uma dúvida do Departamento de Logística em Saúde sobre a necessidade de recolhimento do imposto. O questionamento surgiu em contrato firmado com uma empresa da Irlanda para aquisição do Sofosbuvir, usado para hepatite C crônica.

A conclusão dos advogados da União, no parecer, é que a retenção é devida. Sobre a possibilidade de cobrança retroativa não há resposta, apenas uma orientação para que a **Receita Federal** seja consultada sobre o que fazer nos casos em que o imposto não foi recolhido em remessas passadas.

Outra conclusão do parecer é que seriam desnecessárias mudanças nos editais de licitação ou nos contratos. Isso porque já haveria menção de que o valor total da contratação inclui "todas as despesas diretas e indiretas", com **tributos** e encargos.

Ao fim, há uma indicação para que o assunto seja levado à Coordenação de Assuntos Tributários da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), para que a atuação de todos os órgãos da administração pública federal sobre a retenção seja uniformizada.

"Pode acabar impactando outros setores e qualquer aquisição, não só de medicamentos", afirma Jorge Facure, sócio do Gaia Silva Gaede Advogados.

Em nota ao Valor, a PGFN afirma que o assunto está sob análise. O Ministério da Saúde informa, também por meio de nota, que a orientação atual, pendente de confirmação pela esfera jurídica do governo, é pela retenção do IRRF. E acrescenta: "Reforça-se que esta pasta recolhe IRRF e ISS Importação para o Distrito Federal, além de Cide Importação, no caso de serviços internacionais, mas não o fazia quando da aquisição dos insumos estratégicos para saúde".

Enquanto isso, o Judiciário começa a julgar as primeiras ações judiciais questionando a cobrança sobre importação de medicamentos e outros produtos. No fim de agosto, a 6ª Vara Federal Cível do Distrito Federal suspendeu liminarmente a retenção em um contrato de R\$ 97,4 milhões para fornecimento de um remédio indicado para o tratamento de fibrose cística (processo nº 1080932-69.2023.4.01.3400).

A suspensão da cobrança também foi autorizada pela 1ª Vara Federal Cível do Distrito Federal em três decisões (processos nº1076132- 95.2023.4.01.3400, nº 1080817- 48.2023.4.01.3400 e nº 1076567-69.2023.4.01.3400). "O entendimento configura uma inovação na interpretação dada à questão pelo Ministério da Saúde", afirma o juiz federal substituto Marcelo Gentil Monteiro, que analisou os casos.

O magistrado acolheu a tese das empresas de que não existiria base legal para a exigência. "A retenção realizada representa violação ao princípio da legalidade tributária." O argumento é o de que a instrução normativa que tem sido usada como amparo para a cobrança é fundamentada em lei que não trata de empresas domiciliadas no exterior, apenas das brasileiras. Trata-se da Lei nº 9.430, de 1996, que no artigo 64 prevê que o IR, a CSLL, o PIS e a Cofins devem ser retidos na fonte sobre os pagamentos feitos pela administração pública federal a fornecedores de bens e serviços.

"Regula, portanto, a retenção na fonte dos citados **tributos**, que são devidos por pessoas jurídicas brasileiras, não sendo norma apta a incidir sobre **tributos** eventualmente devidos por pessoas jurídicas estrangeiras", entendeu o juiz Marcelo Gentil Monteiro.

A tributarista Maria Rita Ferragut explica que, para as empresas nacionais, a retenção é considerada um adiantamento que pode ser abatido posteriormente do Imposto de Renda (IRPJ) a pagar. "A estrangeira não é contribuinte no Brasil, não recolhe IRPJ. Dessa forma, a retenção de 15% ou 25% deixa de ser

adiantamento e passa a ser custo", afirma.

Jorge Facure acrescenta que, pelas regras gerais de retenção do IR, apenas rendimentos, ganhos de capital, proventos e royalties enviados ao exterior poderiam ser taxados. "Aquisição de mercadorias não está entre as hipóteses. O Ministério da Saúde, de forma equivocada, usa o código de royalties para fazer a retenção", diz.

Para Diogenys de Freitas Barboza, do Ferraz de Camargo Advogados, que obteve liminar a um cliente, o novo posicionamento do Ministério da Saúde acabou por desestabilizar economicamente o contrato de fornecimento.

"O que não se poderia permitir, ainda mais com base em fundamentação indevida." Em relação às liminares, a Fazenda Nacional afirma que, nos processos, a Procuradoria-Geral da União (PGU) consta como representante da União. "Vamos a guardar eventual indicação da PGFN como representante da União e a respectiva intimação para nos manifestarmos", diz.

"Não existe base legal para a cobrança. No fim, o governo acaba se concedendo um desconto de 15% no preço" Marcelo Roitman

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187656>

Como funcionam os fundos de super-ricos e por que estão na mira do governo

Fernando Barbosa Colaboração para o UOL, em São Paulo 11/09/2023 04h00

Taxar fundos que milionários usam para gerenciar suas fortunas é uma das formas que o governo busca para tentar aumentar a sua arrecadação. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, estruturou um projeto para taxar os fundos fechados, entre eles os chamados fundos exclusivos.

Só fundos fechados exclusivos serão afetados. Com só um cotista, esses fundos têm investimentos de, pelo menos, R\$ 10 milhões.

Resgates são diferentes. Nesses fundos, não é possível resgatar os valores antes da data de vencimento, salvo alguma exceção. Além disso, a tributação é apenas no resgate, sem o come-cotas. Nos fundos abertos, por outro lado, investidores podem entrar e sair do fundo a qualquer momento, e há taxaçaõ duas vezes por ano.

Não afeta outros fundos. A Medida Provisória exclui investimentos como os fundos imobiliários (FIIs), Fundos de Investimento do Agronegócio (Fiagros), investimentos no exterior em Fundos de Investimentos em Participações (FIPs), Fundos de Investimento em Empresas Emergentes (FIEE), Fundos de Investimento em Participações em Infraestrutura (FIP-IE) e os fundos de índices (ETFs) de renda fixa .

Modelo deve ser similar ao regime de come-cotas. Nesse regime, os cotistas de fundos abertos são tributados duas vezes por ano, em maio e novembro, com alíquotas que variam entre 20% a 15%, dependendo do prazo de alocação do fundo.

A medida ainda precisa passar por aprovação do Congresso - e pode enfrentar resistência. O cenário é diferente do que ocorreu na **reforma tributária**, quando a iniciativa que simplifica a cobrança de **impostos** sobre o consumo foi aprovada por ampla maioria na Câmara. Além disso, especialistas citam que os investidores podem recorrer a aplicações não afetadas, como os fundos de previdência.

Fundos exclusivos são voltados para ricos. São uma das modalidades de fundos fechados, e concentram apenas um investidor com patrimônio a partir de R\$ 10 milhões.

Eles são usados para definir o seu planejamento patrimonial ou a sucessão para herdeiros. Como benefícios, oferecem a flexibilidade para a alocação dos recursos e a possibilidade de compensar as perdas e ganhos dos investimentos.

Há 1.650 fundos exclusivos no país. Entre eles, estão fundos de multimercado, FIP, FIIs, ações, de renda fixa e os Fundo de investimento em Direitos Creditórios (FDICs). Eles possuem R\$ 260,2 bilhões em ativos sob gestão. A maior parte está concentrada nos fundos multimercados, com R\$ 137,8 bilhões. Os dados são do hub financeiro independente TradeMap.

Fundos exclusivos captaram R\$ 44,9 bilhões em 2023. No ano passado, esses fundos captaram R\$ 13,5 bilhões.

Decisão do governo é acertada, dizem especialistas. Bruno Gomes, advogado tributarista e sócio da Jive Investments, diz que muitas vezes os fundos contam com ativos de baixa liquidez (em que o dinheiro não fica disponível facilmente) e cujos ganhos não são facilmente percebidos pelo investidor.

Mas outros fundos deveriam ser excluídos da regra de come-cotas, diz ele. São exemplos os FDICs, que costumam investir em empresas em dificuldades financeiras, recuperação judicial , precatórios ou até mesmo startups. Na prática, esses fundos são um instrumento de financiamento em momentos de crise ou pouca disponibilidade de crédito. No entanto, são fundos de alto risco, e seu fluxo de caixa é incerto. Na forma como a regra está marcada na MP, esse rendimento vai ser tributado, mas o fundo sequer vai ter caixa para quitar o imposto. "Essa é uma questão séria que acho que não foi identificada pela equipe econômica", diz Gomes.

Investidores podem recorrer a alternativas. É a opinião de Marco Saravalle, analista e sócio-fundador da Sara Invest. "É lógico que, dependendo do uso dos fundos exclusivos, pode ser que o investidor utilize outras estruturas. Se for um instrumento de sucessão patrimonial, pode ser que ele use os fundos de previdência como saída", diz.

O governo procura novas formas de aumentar a arrecadação. O objetivo é cumprir a meta de zerar o

déficit fiscal do país em 2024. A estimativa é arrecadar R\$ 23,8 bilhões até 2026. A equipe econômica pretende arrecadar R\$ 3,21 bilhões já em 2023. O dinheiro viria justamente da taxaçoão dos fundos exclusivos. Também há um projeto de lei, enviado ao Congresso, que busca taxar os rendimentos de aplicações em offshores.

Governo fala em "injustiça tributária" a favor dos fundos fechados. Como eles não pagam **impostos** até o vencimento, esse dinheiro pode ser reinvestido pelo fundo, que acaba rendendo mais e tendo mais vantagem em relação aos abertos, diz o texto da MP.

Ideia é deixar **impostos** mais justos. Nessa discussão, a taxaçoão de grandes fortunas faria os mais ricos pagando uma fatia proporcionalmente maior, de acordo com seus vencimentos, enquanto a fatia mais desassistida da população pagaria menos.

Quer se aposentar cedo, viver de renda e ter uma vida tranquila? Investir pensando na aposentadoria é um sonho comum. Mas o que muitos não sabem é que planos de previdência não são os únicos produtos que podem ajudar com esse objetivo. O UOL tem um aulão sobre o tema "Como se aposentar sem depender do **INSS**". Serão três lives ao vivo, e assinantes podem rever as aulas quantas vezes quiserem.

Veja aulas passadas. A primeira live foi sobre como se preparar para a aposentadoria - e por que é importante começar a investir já . Já a segunda falou sobre as diferentes modalidades de previdência privada.

Assista ao aulão no Papo com Especialista, programa ao vivo do UOL, todas as quintas-feiras, das 16h às 16h40 . Assine aqui e participe!

A última série do Papo com Especialista foi sobre como chegar a R\$ 1 milhão - ou qualquer outro valor - e investir seu dinheiro de acordo com seu perfil, sonho e prazo. Para saber mais, acesse "Quer ser milionário? Veja como investir e o que não te contam" .

Você quer aprender a ganhar dinheiro com segurança em investimentos no curto, médio e longo prazo, mesmo que nunca tenha investido? O UOL tem uma newsletter diária gratuita que o ajuda nesse objetivo. Assine o Por Dentro da Bolsa aqui . Você recebe todos os dias, antes da abertura da Bolsa, uma análise do mercado feita pela equipe do PagBank Investimentos para aprender a investir melhor.

Você também recebe, semanalmente, uma análise sobre investimentos, com dicas sobre como aplicar melhor o seu dinheiro. Para assinar a newsletter gratuita de investimentos do UOL, é só clicar aqui. UOL Investimentos ainda tem diversos conteúdos

diários que te ajudam a lidar melhor com seu dinheiro.

Tem dúvidas sobre ações, fundos e outros investimentos da Bolsa? Envie sua pergunta para uoleconomiafinancas@uol.com.br .

Site: <http://economia.uol.com.br/mais/ultimas-noticias/2023/09/11/fundos-fechados-taxacao-grandes-fortunas.htm>

A revolução silenciosa e a reforma administrativa - BRUNO CARAZZA

Organizando gavetas e armários neste feriadão, encontrei uma pasta com cópias impressas de meus extratos bancários de 20 anos atrás, quando iniciava minha vida profissional e familiar. Mais do que registros financeiros de uma vida que já parece distante na memória - sem filhos, morando em outra cidade e num trabalho completamente diferente do atual -, a sucessão de linhas de créditos e débitos são atestados de uma revolução silenciosa ocorrida na economia brasileira.

Em setembro de 2003, com 14 saques e 7 cheques compensados, as operações mais frequentes na minha conta bancária representavam 28% do valor de todas as minhas despesas financeiras.

Vinte anos depois, abro o aplicativo do meu banco no celular e constato que realizei apenas quatro saques bancários neste ano e já não consigo lembrar quando preenchi uma folha de cheque pela última vez.

No mês passado, embora a fatura do cartão de crédito (51,6%) e os boletos bancários (26,1%) ainda sejam responsáveis pela maior parte dos meus gastos em termos de valor, 22,2% de todos os meus pagamentos foram realizados por pix.

Pela rapidez da transação e a ausência de custos, a transferência instantânea entre contas se tornou a forma preferencial de recebimento de todo o tipo de prestador de serviços com quem eu e minha família nos relacionamos, de bombeiros hidráulicos a psicólogos, passando por professores particulares de inglês e matemática e salões de beleza.

De acordo com um relatório publicado há alguns dias pelo Banco Central, 133 milhões de pessoas e 11,9 milhões de empresas utilizavam o pix em dezembro de 2022. Somente naquele mês foram realizadas 2,9 bilhões de transferências que movimentaram R\$ 1,2 trilhão. O valor médio das transações entre pessoas físicas foi de R\$ 257,00, embora 93% de todas as operações ficassem abaixo do valor de uma nota de lobo-guará.

Se tomarmos apenas o varejo brasileiro, o pix já é a opção preferencial dos consumidores, perfazendo 33% de todas as transações realizadas no quarto trimestre de 2022.

Comparando-se com a configuração desse mercado desde o início da sua operação, no final de 2020, o sistema de pagamentos instantâneo criado pelo Banco Central ocupou espaço dos boletos e convênios de cobrança (com redução de 33% para 17% das operações), dos cartões de débito (de 26% para 17%) e de crédito (queda de 20% para 18%), das TEDs e DOCs (de 9% para 2%) e dos saques (de 9% para 2%).

O fato mais notável nessa revolução provocada pelo pix é que ela ocorreu de forma praticamente independente do governo de plantão ou das negociações no Congresso. Ainda que na campanha eleitoral do ano passado o ex-presidente Jair Bolsonaro tenha tentado se apropriar do sucesso do pix como se fosse uma marca de sua gestão, a equipe técnica do Banco Central começou a discutir o tema internamente em 2013, como uma evolução do Sistema de Pagamentos Brasileiro, que havia criado a TED em 2002.

Atento à experiência internacional - a Coreia havia implementado o primeiro sistema instantâneo em 2001 -, o Bacen realizou um workshop para conhecer as melhores práticas e os requisitos técnicos para a instalação de um sistema similar no Brasil em 2016. A partir daí, a diretoria do órgão montou um grupo de trabalho para tratar do assunto em 2018, contando com a participação de integrantes de todo o ecossistema do setor.

No ano seguinte foi criado o Fórum Pix para o desenvolvimento das plataformas tecnológicas no ambiente do próprio Banco Central, seguido de um intenso trabalho de regulamentação do sistema de pagamentos e de comunicação junto à sociedade, até o início da operação em 16/11/2020.

A estratégia do pix é um caso emblemático de uma vitoriosa política de Estado, levada adiante mesmo em meio às turbulentas mudanças de governo e de orientação econômica ocorridas nos últimos dez anos no Brasil.

O sucesso do pix também é um exemplo do que o tão criticado funcionalismo público brasileiro tem de melhor. Dificilmente um sistema tão complexo teria sido concebido e implementado se não houvesse um corpo técnico de **servidores públicos** muito bem

preparado e capacitado, em um órgão protegido de ingerências políticas como é o Banco Central.

O serviço público brasileiro tem uma série de distorções e funciona mal em muitas situações. Há carreiras em excesso, penduricalhos salariais fazem com que algumas categorias sejam remuneradas de forma desconectada da realidade brasileira e não existe política de avaliação de desempenho.

Infelizmente, o projeto de reforma administrativa em discussão no Congresso não ataca esses problemas. Pelo contrário: a PEC no 32/2020 fragiliza o instituto do concurso público, estimula a terceirização de atividades em áreas estratégicas e aumenta a possibilidade de contratos temporários e indicações políticas no preenchimento de cargos relevantes.

Se a classe política brasileira realmente estiver interessada em melhorar o funcionamento do Estado, antes de levar adiante mudanças precipitadas como a reforma administrativa defendida por Arthur Lira, é bom começar por identificar os casos bem-sucedidos. E a experiência do Banco Central com o pix certamente está entre eles.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230908/>

Na mira do governo, saque-aniversário é usado por 32,7 milhões de trabalhadores

BIANCA LIMA BRASÍLIA

O **saque-aniversário** do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**), instrumento que entrou na mira do governo, ganhou escala ao longo dos últimos anos e passou a movimentar bilhões de reais no sistema bancário, por meio de empréstimos que antecipam as retiradas do Fundo. Segundo a Caixa Econômica Federal, 32,7 milhões de trabalhadores aderiram ao **saque-aniversário**, sendo que metade (16,9 milhões) contratou financiamento tendo esses recursos como garantia.

Até agosto de 2023, o total de créditos contratados por essa via somava R\$ 111,4 bilhões.

Dados da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) do início do ano apontavam que 70% dos usuários dessa linha estavam negativados, e não tinham acesso a outras fontes de crédito.

Esses números dão a dimensão de quão espinhoso é o assunto para o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, que é contrário ao **saque-aniversário** e quer restringir o acesso a ele.

A modalidade foi criada por lei em 2019, na gestão Jair Bolsonaro, em meio à estratégia da então equipe econômica de estimular o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**).

O novo tipo de saque permitiu que o trabalhador fizesse retiradas sempre no mês do seu aniversário - seja para consumo, quitar dívidas ou aplicar em outro investimento com maior rentabilidade, já que o **FGTS** rende apenas 3% ao ano, menos do que a poupança (6,17%) - o que está sendo questionado no Supremo Tribunal Federal.

Só que a nova sistemática impede o beneficiário de ter acesso ao valor acumulado na conta em caso de demissão sem justa causa. Nesse caso, pelas regras vigentes, o trabalhador só pode sacar o montante referente à multa rescisória, que corresponde a 40% do valor total depositado pelo empregador. Se quiser retornar ao saque-rescisão (que permite o resgate em caso de desligamento), há um período de carência de 24 meses.

PROJETO DE LEI. Para Marinho, trata-se de uma

"distorção", uma "injustiça contra o trabalhador".

O ministro alega que o **FGTS** foi criado justamente para socorrer o beneficiário em caso de demissão e que, portanto, houve um desvio de finalidade.

Técnicos do Ministério do Trabalho entendem ainda que a regra dos saques anuais fere outro objetivo do **FGTS**, que é o de criar uma poupança para bancar investimentos em infraestrutura.

Marinho já enviou à Casa Civil projeto de lei que altera as regras do **saque-aniversário** e permite à pessoa demitida acesso ao valor integral do fundo.

Projeto de lei prevê liberar R\$ 14 bilhões com mudança

O projeto de lei enviado pelo Ministério do Trabalho à Casa Civil prevê que o acesso ao valor integral do fundo seja permitido também de forma retroativa, ou seja, tanto para os trabalhadores demitidos ao longo dos últimos anos quanto para os futuros desligamentos.

A pasta avalia que a medida pode injetar até R\$ 14 bilhões na economia.

O texto, porém, ainda precisa ser discutido com os integrantes da área econômica e submetido ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que volta hoje da Índia.

RESTRIÇÃO. O Estadão apurou que o ministério avalia a possibilidade de impedir que o trabalhador demitido retorne ao **saque-aniversário** depois de tirar o saldo remanescente do **FGTS**. Dessa forma, ele ficaria vinculado apenas ao saque-rescisão - evitando as retiradas periódicas e reduzindo, gradualmente, o alcance da nova modalidade.

Para os trabalhadores que contrataram empréstimos com a garantia do **FGTS**, o projeto determina que os débitos sejam obrigatoriamente quitados com o valor resgatado.

"Vamos imaginar um cidadão que tenha R\$ 30 mil de saldo (no **FGTS**) e que tomou um empréstimo de R\$ 10 mil. Ele sai do que deve ao banco e terá direito de sacar o que lhe resta no fundo em caso de demissão",

explicou o ministro.

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

Na mira do governo, saque-aniversário é usado por 32,7 milhões de trabalhadores

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Uma novela enfadonha e disfuncional (Editorial)

A necessidade de compor uma base de apoio mais firme no Congresso, suficiente para aprovar propostas de interesse do governo federal, pautou as discussões sobre a última **reforma ministerial**. Para garantir uma maioria no Legislativo, Lula da Silva foi pressionado a compartilhar o poder de forma a conquistar novos aliados.

Próprio dos regimes democráticos, tal processo se prolongou por mais tempo do que o desejável, o que expôs todos os envolvidos, em especial o próprio governo. Não foi a primeira vez. Passaram-se semanas entre as primeiras notícias de que a deputada Daniela do Waguinho (União Brasil - RJ) teria de ceder o cargo no Ministério do Turismo para Celso Sabino (União Brasil - PA) até que o ato finalmente se consumasse.

Já se sabia oficialmente, há semanas, que os deputados André Fufuca (PP-AM) e Silvio Costa Filho (Republicanos- PE) seriam contemplados com ministérios. Só não se sabia em que pastas eles seriam acomodados, gerando disputas entre os atuais ministros que buscavam preservar seus cargos apontando as fragilidades dos colegas de Esplanada.

A enfadonha novela da **reforma ministerial** acabou - ao menos até a próxima crise entre Executivo e Legislativo.

O problema de fundo, no entanto, permanece e evidencia uma grave disfuncionalidade da política nacional.

Veja-se o caso da ex-ministra do Esporte Ana Moser, rifada na reforma. A ex-jogadora de vôlei não saiu por incompetência, mas pelo fato de não integrar um partido político que defendesse sua permanência, o que faz toda a diferença no presidencialismo de coalizão.

Entre o pragmatismo de Brasília e a visão que uma atleta olímpica poderia trazer para aprimorar as políticas públicas no esporte, uma das poucas atividades capazes de promover a inclusão social em um país tão desigual, a opção do governo foi muito clara.

Isso não é, necessariamente, ruim.

Na chefia de um ministério, políticos muitas vezes privilegiam a formação de equipes técnicas, compostas por servidores que sabem como propor ações alinhadas às de outras pastas com maior capacidade financeira, de forma a garantir seus resultados.

No entanto, não foi isso que marcou as discussões da **reforma ministerial** do governo Lula nem foi isso que guiou as reformas anteriores, inclusive de outros governos. As trocas de ministros não se baseiam em possíveis melhorias a serem implementadas na condução das políticas públicas nem em acordos programáticos envolvendo os partidos.

É simples jogo de encaixe para alocar representantes de partidos que possam vir a compor a base aliada.

Eis uma das faces mais perversas desse fenômeno. Uma vez que o Palácio do Planalto não tem um programa efetivo de governo e os partidos não têm um ideário programático, "compor a base aliada" significa apenas participar dos ganhos de ser governo (ter um ou mais ministérios), comprometendo-se, sem muita efusividade ou constância, a conceder algum apoio no Congresso.

Na verdade, é um círculo vicioso. Como assegurar a efetividade de boas políticas públicas em qualquer ministério diante de trocas de ministros orientadas unicamente pelos votos que eles podem agregar às votações na Câmara e no Senado? Sem a definição de uma direção a ser seguida, apresentada pelo governo, toda a conversa entre o Palácio do Planalto e os eventuais partidos a compor a base estará sempre centrada no simples escambo de benefícios.

Sem um programa de governo, sem um rumo a seguir, a política será sempre com "p" minúsculo. Além de não gerar ganhos reais para o País em termos de políticas públicas, esse modo de conduzir os assuntos públicos - mera troca de interesses privados entre os que ocupam os diferentes postos de poder no Executivo e no Legislativo - gera ainda mais desinteresse da população pela política. É o fracasso da democracia.

Não basta prometer, como faz Lula, unir e reconstruir o País. É preciso que o governo tenha um plano. A falta de propostas é o que explica a inversão de um processo no qual o ministro é escolhido antes mesmo

de ter uma pasta para assumir.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Avaliação do gastos também vai visar déficit zero, diz secretário

Alexa Salomão

A avaliação de políticas públicas implantada pelo Ministério do Planejamento e Orçamento não vai ficar restrita a traçar metas de longo prazo, diz Sergio Firpo, secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos da pasta

Vai também reavaliar gastos orçamentários, na busca do déficit zero proposto para 2024 pelo Ministério da Fazenda .

"O compromisso desse governo é o déficit zero. O Planejamento e a avaliação vão entrar ativamente no processo de garantir essa meta. A gente quer garantir racionalidade para esse processo. Queremos trazer mérito para a discussão do Orçamento, olhando para a efetividade da política e os aspectos distributivos ", diz Firpo.

"A gente quer melhorar a qualidade do gasto, e a ministra [Simone Tebet] já disse que vamos usar a avaliação para aperfeiçoar a política pública. Eventualmente, a avaliação pode ser usada para corte de gastos, desde que haja esse comando -e acho que existe esse comando", afirma Firpo.

Para os próximos anos, o secretário diz que será adotada uma nova ferramenta para avaliação do gasto dentro das políticas públicas de cada ministério.

Segundo ele, ela vai permitir avaliar, "a partir de decisões de governo, se será preciso revisar e como revisar o Orçamento, ou seja, definir qual será o peso orçamentário para cada política".

Depois do seminário sobre avaliação de políticas públicas, o governo demonstrou que implementou um novo processo, mas não está muito claro ainda o que isso efetivamente muda na prática, especialmente nas contas públicas. Poderia explicar o que vem a seguir?

Há coisas diferentes para se considerar. As avaliações são úteis para quem toca as políticas aperfeiçoá-las. Isso vai permitir o redesenho da política no sentido mais amplo, algo que não ocorria.

O CMAP [Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas], por exemplo, foi criado em 2019, mas já existiam versões dele em 2015. É algo que veio

por Dilma, **Temer**, Bolsonaro, até Lula. No entanto, o uso das avaliações foi sempre mais fiscalista.

A outra coisa é como isso entra no processo de revisão dos gastos. Em vez de fazer um corte linear do gasto quando necessário , pode fazer um corte a partir da qualidade de cada política. Antes, o gestor não necessariamente aprendia algo sobre aquela política pública.

Nesse aspecto, a gente tem avaliações de subsídios e de gastos diretos. Nas de subsídios, a gente já apresentou a questão em boletins. Teve o boletim sobre cesta básica e o de medicamentos. Publicamos pensando em embasar discussões na **Reforma Tributária**. Temos outros estudos que serão lançados no tempo certo.

A **Reforma Tributária** foi fatiada, então, na hora que chegar a discussão do Imposto de Renda , vamos ter alguns estudos sobre ele, assim como também teremos um sobre folha de pagamento. A ministra quer que o Planejamento se posicione sobre agenda verde, então vai vir algo sobre clima e meio ambiente para soltar neste segundo semestre.

No que se refere a revisão de gastos, o governo acabou de enviar o projeto orçamentário do ano que vem. Vocês chegaram a contribuir?

Para este projeto, a gente não deu uma contribuição clara. Mas a gente quer garantir que as próximas peças orçamentárias se beneficiem do processo de revisão de gasto que envolve a avaliação.

Como isso vai funcionar?

A gente está construindo dentro da SMA, junto com a SOF [Secretaria de Orçamento Federal], uma ferramenta para avaliar e aperfeiçoar as políticas nos ministérios.

A partir de uma decisão do governo, ela vai permitir uma orientação sobre o que revisar, onde revisar e como revisar as políticas de cada ministério. Ou seja, definir qual será o peso orçamentário para cada política. A princípio, isso funciona mesmo sem corte de gasto. Eu tiro de uma política para colocar em outra que seja meritória dentro de critérios claros e objetivos.

Vai na linha do que diz a ministra Simone Tebet: que talvez não seja necessário cortar, mas, sim, realocar o gasto?

A gente quer melhorar a qualidade do gasto, e a ministra já disse que vamos usar a avaliação para aperfeiçoar a política pública. Isso é uma coisa. Eventualmente, a avaliação pode ser usada para corte de gastos, desde haja esse comando -e acho que existe esse comando. Tem uma meta de primário zero, ou seja, a gente tem que bater despesas com receitas.

O que o sr. está dizendo é que vai ter uma atuação mais ativa para cumprir a meta de déficit zero para 2024?

O compromisso desse governo é o déficit zero . O Planejamento e a avaliação vão entrar ativamente no processo de garantir essa meta. A gente quer garantir racionalidade para esse processo. Queremos trazer mérito para a discussão do Orçamento, olhando para a efetividade da política e os aspectos distributivos.

É preciso lembrar que tanto o ministro Fernando Haddad quanto a ministra Simone Tebet têm os discursos das esteiras. A esteira das receitas e a das despesas. O Planejamento pode contribuir para que a esteira das despesas rode de uma maneira que ajude no déficit zero.

A avaliação das políticas também permite que você saiba onde vai achar espaço fiscal, se precisar.

A avaliação da política, então, a depender do resultado, permite a redução do gasto ou até a sua extinção?

Ou isso, ou o aprimoramento dessa política, o que permite ganhos de eficiência .

Às vezes, por falta de focalização, o Estado usa mais recurso do que o necessário para atender uma determinada população. Se mudar a forma de inserir no cadastro os potenciais beneficiários, por exemplo, pode haver algum ganho. Diversas políticas podem se beneficiar desse tipo de abordagem.

Pode ocorrer o contrário também. O Estado quer atender um grupo, mas não está sendo eficiente para chegar a todos. Nesse caso pode ter de gastar até mais.

No entanto, tudo isso precisa vir de uma avaliação prévia, a partir de conversas com os gestores de cada política, em cada ministério.

Quando vocês começam?

Já para o próximo ciclo do Orçamento de 2024. Tem um decreto do presidente que criou um grupo de trabalho interministerial, comandado pelo próprio Ministério da Previdência, para analisar os gastos previdenciários . A gente não sabe o que vai vir disso, mas vamos pôr a mão na massa. Essa análise, junto com os gestores, talvez nos dê oportunidades já para este ano.

Para os anos seguintes, a partir de 2025, vamos ter aquela ferramenta que mencionei. Queremos que esteja pronta já no final deste ano.

Será um software?

Basicamente, será um processo com parâmetros de avaliação, quase um fluxograma. Vai incluir medidas como avaliar por pesquisas, conversar com gestores nos ministérios, conferir resultados com grupos de especialistas e, eventualmente, propor aprimoramentos. Estou fazendo uma síntese bem enxuta, OK?

No mundo da política pública se diz que existe o que deve ser feito e o que é politicamente possível. Essa ferramenta vai resolver isso?

A discussão política sempre vai existir, mas a gente precisa ter um processo anterior, mais adequado, antes que uma proposta chegue ao escrutínio político.

Por exemplo. Quer rever os gastos? OK. Mas a ferramenta está dizendo que neste ministério é melhor que não. Nesse outro, pode mexer.

O governo tem apresentado novas propostas, que impactam o gasto. Um exemplo, a ampliação do teto do MEI [Microempreendedor Individual]. A secretaria foi chamada para avaliar?

Não passou pela gente.

Esse tipo de decisão teria de passar por aqui?

A gente gostaria muito, mas sabemos que nem todas as decisões vão. As do Congresso são um exemplo. Os parlamentares acabaram de prorrogar a desoneração da folha. Existem estudos que dizem que é uma política efetiva, outros dizem que não contribuem para a geração do emprego. Não avaliamos. Foi uma decisão soberana do Congresso.

Sergio Firpo, 53

Doutor em economia pela Universidade da Califórnia, em Berkeley (EUA). Foi professor assistente de economia na Universidade da Colúmbia Britânica

(2003-2006) e na PUC-Rio (2004-2008) e professor associado da Escola de Economia de São Paulo - FGV (2008-2015) antes de ingressar no Insper em 2016. Suas principais áreas de estudo são microeconometria, avaliação de políticas, economia do trabalho, do desenvolvimento e da política empírica.

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

Avaliação do gastos também vai visar déficit zero, diz secretário

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/09/avaliacao-do-gastos-tambem-vai- visar-deficit-zero-diz-secretario.shtml>

Câmara e Senado travam nova disputa por protagonismo

Por Raphael Di Cunto, Julia Lindner, Marcelo Ribeiro e Caetano Tonet - De Brasília

Em uma reedição do que aconteceu meses atrás, a Câmara e o Senado iniciaram nas últimas semanas uma nova disputa pelo protagonismo na agenda de votações. Desta vez, a briga envolve principalmente o projeto que regula o mercado de carbono, a proposta que altera regras para a participação de militares na política, e a minirreforma eleitoral.

A Câmara tenta puxar para si o início da tramitação do projeto que trata da regulação do mercado de carbono no país. O presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), tem alegado que, já que o Senado está com a **reforma tributária**, os deputados deveriam se debruçar sobre a pauta verde, que ele anunciou como prioridade do semestre.

A agenda, no entanto, também é vista como uma das bandeiras do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e está em estágio mais avançado na Casa. O próprio governo demonstrou simpatia com a possibilidade de propostas suas para o tema serem incorporados no parecer da relatora no Senado, Leila Barros (PDT-DF).

O início da tramitação é importante porque quem começa as discussões do projeto de lei também dá a palavra final.

Leila tem evitado entrar no embate com Lira. Por enquanto, a orientação de pessoas ligadas a ela é não tensionar o clima. Há uma avaliação de que, por ora, a situação está sob controle.

Leila apresentou seu relatório na última semana. Na ocasião, a parlamentar disse que o texto foi "fruto de um consenso" com o governo.

O projeto para regular o mercado de carbono da Câmara está parado desde 2021, aguardando troca da relatoria, enquanto o do Senado já está mais adiantado na Comissão de Meio Ambiente (CMA). Se passar na CMA, o texto segue direto para a Câmara.

Por ora, a relatora na Câmara é a deputada bolsonarista Carla Zambelli (PL-SP), o que é visto com resistência pelo governo, mas Lira se comprometeu com a escalção de outro nome para o posto. O

deputado Aliel Machado (PV-PR) é o mais cotado.

No Congresso, deputados lideram discussão sobre a minirreforma eleitoral

Deputados relataram incômodo com o movimento do governo em dar preferência por enviar suas sugestões ao Senado.

Há ainda a divergência sobre o formato do texto. Deputados alertam que a versão apresentada pelo governo ao Senado deixa muitos pontos para serem regulamentados por decreto. Eles destacam que isso deixaria o campo aberto para que governos menos comprometidos com a pauta ambiental alterassem a legislação com mais facilidade. Representantes do setor compartilham a mesma preocupação.

Outro ponto sensível é a PEC dos militares, que gerou desconforto inclusive entre setores do PT pelo fato de o governo ter priorizado o Senado para começar a tramitação.

Já havia um texto sobre o tema na Câmara relatado pelo petista Carlos Zarattini (SP), mas a avaliação do Palácio do Planalto foi de que a proposta seria muito ampla.

Por isso, o governo incumbiu seus líderes no Senado e no Congresso de coletarem assinaturas para uma nova PEC, o que já está ocorrendo. A relatoria do texto será definida pelo presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Davi Alcolumbre (União-AP). O texto começará a tramitar pelo colegiado.

Ainda assim, no Senado existe um sentimento de que o texto sobre os militares deve sofrer alterações na Câmara, que já indicou intenção de deixar sua marca. Uma das modificações esperadas é incluir os policiais militares.

O presidente do Senado tem sido pressionado a defender a autonomia da Casa e a assumir maior protagonismo em temas relevantes. No caso do projeto da reforma do Código Eleitoral, Pacheco pediu ao relator Marcelo Castro (MDB-PI), que não apresentasse seu parecer em julho, quando o texto ficou pronto.

A ideia de Pacheco era esperar até que Castro se

protagonismo.ghtml

reunisse com Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), para receber sugestões sobre combate às fake news. O encontro não ocorreu até hoje.

Com isso, a avaliação é que o Senado deu margem para que a Câmara liderasse a articulação pela proposta mais uma vez.

Os deputados tomaram frente na discussão sobre a questão eleitoral, através de um grupo de trabalho, para viabilizar ao menos o que fosse de consenso até outubro, quando vence o prazo das alterações para o pleito de 2024.

Há cerca de duas semanas, Marcelo Castro esteve na casa do presidente do Republicanos, Marcos Pereira, e outros presidentes de partidos. E sugeriu incluir no seu texto os pontos prioritários para as siglas para o próximo ano e facilitar a tramitação.

A equipe de Castro também tem participado das reuniões do grupo de trabalho na Câmara em busca desse entendimento.

Na semana passada, o relator do grupo de trabalho na Câmara, Rubens Pereira Júnior (PT-MA), admitiu a possibilidade de o conteúdo construído pelo colegiado ser absorvido pelo relatório de Castro.

Alguns senadores reclamam que o Senado tem "dormido no ponto" e "cochilado" na condução de propostas relevantes.

Nos bastidores, aliados de Lira avaliam que a postura menos combativa de Pacheco reflete pretensões do mineiro para seu futuro. Para eles, o senador do PSD "já atua sonhando com uma vaga no Supremo [Tribunal Federal]". Aliados do presidente do Senado ainda creem que ele poderia ser uma opção para a Corte no futuro. Outra alternativa seria disputar o governo de Minas Gerais.

Há também a leitura de que Lira trabalha para concentrar o maior número de realizações em sua segunda gestão à frente da Mesa Diretora da Câmara, pois espera chegar ao Senado "com histórico que o coloque em um posto de destaque na Casa". O alagoano deve concorrer ao cargo de senador em 2026.

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Câmara e Senado travam nova disputa por protagonismo

Site:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/09/11/camar-a-e-senado-travam-nova-disputa-por->

Horizonte complexo para a economia (Editorial)

O encontro deste ano dos líderes dos bancos centrais em Jackson Hole, nos Estados Unidos, tornou evidente a limitação de instrumentos de política monetária para fazer frente às pressões inflacionárias mais fortes deste e dos próximos anos. O desafio de combater a **inflação** e trazê-la para um nível sustentável mostra-se mais complexo que o exposto nos simpósios anteriores. As implicações negativas da transição energética e dos conflitos e tensões geopolíticas sobre as cadeias de suprimento de bens e serviços tornaram mais difícil a missão das autoridades monetárias.

Outros vetores de incerteza sobre a oferta, cada vez menos elástica, somam-se àquelas a serem analisadas minuciosamente pelos bancos centrais a partir de agora. A redução do crescimento da China, exposta à crise imobiliária sem precedentes e ao comércio mais restritivo com seus maiores parceiros, é uma delas. Mas há de considerar também os efeitos deixados pela pandemia de covid no sistema global de suprimento, o protecionismo, o envelhecimento da população e o descuido com o equilíbrio fiscal.

Um dos principais temores de escalada da **inflação** de oferta diz respeito à fragmentação do comércio, por razões geopolíticas. As economias desenvolvidas buscam cada vez mais dissociar-se da dependência de insumos, bens acabados e serviços produzidos por países não aliados ou fora de sua esfera de influência e estimular, via subsídios, a substituição de importações. O empenho dos Estados Unidos em reduzir sua dependência de bens produzidos na China e em restringir seu comércio com Pequim de bens de alta tecnologia ilustra esse movimento. Isso significa uma mudança substancial na estrutura de produção e de comércio consolidada nas primeiras décadas da globalização, que traz consigo incógnitas sobre a capacidade de fornecimento e os seus custos refletidos nos preços.

O quadro exposto pelas autoridades em Jackson Hole gera preocupação. Em seu discurso, a presidente do Banco Central Europeu, Christine Lagarde, sublinhou que um desafio de tal magnitude jamais foi enfrentado pelos bancos centrais. "Não há manual preexistente para a situação que estamos enfrentando.

Então, nossa tarefa é rascunhar um novo", declarou. O presidente do Federal Reserve (Fed), Jerome Powell,

endossou o horizonte de incertezas ao declarar que "estamos navegando pelas estrelas com céu encoberto".

Em seu diagnóstico da economia americana, Powell afirmou que a **inflação** "permanece alta demais" e que o Fed está preparado para elevar mais a taxa básica de juros - hoje de 5,25% a 5,5% ao ano - e manter a política restritiva até alcançar a meta de **inflação** de 2% ao ano. Esquivou-se, porém, de tocar outro ponto nevrálgico para atingir esse objetivo: a contenção de gastos pelo governo de Joe Biden, até o momento seguidor de uma cartilha expansionista.

Diante das incertezas sobre a oferta, o esforço fiscal tornou-se ainda mais essencial na calibragem das taxas de juros pelas autoridades monetárias.

Reduzir gastos públicos de forma coerente e adequada tem seu mérito em uma equação cujo resultado esperado é controlar e reduzir a **inflação** sem impor danos desnecessários à economia.

Trata-se de receita defendida, apesar da resistência feita pelo governo Lula, pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, que não participou do encontro.

O aumento dos juros em curto prazo foi sinalizado não apenas por Powell, mas também pelas autoridades do Japão e de outros países presentes no encontro. Eles ainda fincam os pés na estratégia, há muito trilhada, de conter inicialmente a demanda, para depois replicar seus efeitos no restante da economia. O consenso de Jackson Hole sobre o risco iminente de acentuada **inflação** de oferta, porém, exigirá dos bancos centrais ampliar seu entendimento e análise sobre as dinâmicas das cadeias globais de suprimento, como condição de toda e qualquer decisão responsável. Disso dependerá, entre outras coisas, a preservação da credibilidade das instituições monetárias.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"A percepção do arcabouço está equivocada"

LUÍZA LANZA E-INVESTIDOR

ENTREVISTA: Walter Maciel, Passou antes pelo Safra, Garantia e Credit Suisse. Está desde 2006 na AZ Quest, que administra R\$ 23 bilhões em ativos

Em agosto de 2022, enquanto boa parte dos investidores começava a **temer** o início do período eleitoral, Walter Maciel não via motivos para "pânico". O CEO da AZ Quest, gestora com R\$ 23 bilhões de ativos sob gestão, argumentava tratar-se de dois candidatos conhecidos e que nem os desafios das economias nacional e global justificavam a apreensão dos investidores. Passado um ano, ele continua convencido de que há uma precificação de risco exagerada no mercado brasileiro. Com o ciclo de queda de juros apenas começando, Maciel não vê razão para os ativos da renda variável estarem sendo negociados a múltiplos tão baixos. "Talvez hoje haja ainda mais motivos para achar que o desconto dos ativos de risco está exagerado, especialmente a Bolsa", diz.

O mês de agosto na Bolsa foi marcado pela quebra de expectativas, com o primeiro e tão esperado corte da Selic resultando em uma queda de 5% no Ibovespa - o pior agosto desde 2015. Para Maciel, mais do que as preocupações com a piora do cenário na China e nos Estados Unidos, o que atrapalha o esperado rali na Bolsa são as "percepções equivocadas" em relação ao novo arcabouço fiscal.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

Há um ano, sua avaliação era que o mercado estava "em pânico" com as eleições e que havia precificação de risco exagerada para o contexto. Isso se repete agora?

Sim. Talvez hoje haja ainda mais motivos para achar que o desconto dos ativos de risco está exagerado, especialmente a Bolsa, mas também o câmbio.

É verdade que passamos por um período conturbado após as eleições e no começo do ano, com uma série de assuntos que puniram muito o mercado.

Hoje, os múltiplos de preço sobre lucro estão mais baixos do que em janeiro de 2009, quando não sabíamos se a economia americana daria uma segunda barrigada depois da crise financeira. É difícil entender porque a Bolsa ainda está com esse desconto tão grande.

O mercado ainda está com o pé atrás com o governo Lula?

O mercado está mudando de opinião rapidamente, alguns gestores com muita visibilidade já vêm maneirando o discurso nos últimos meses. O ambiente estava absolutamente negativo em relação ao arcabouço, só agora se está começando a enxergar as virtudes.

Nas últimas semanas também houve uma grande preocupação com a China, e isso contaminou o ambiente para mercados emergentes em todo o mundo. O nosso BC fez um trabalho espetacular e agora o Brasil está na contramão do mundo, com a **inflação** dando sinais de convergir para a meta.

Já conseguimos vislumbrar uma queda bem grande dos juros e toda vez que isso aconteceu sem ser causado por uma grande recessão ou por uma grande crise lá fora, houve uma reprecificação muito forte nos ativos de risco.

O que pode estar atrapalhando são essas percepções equivocadas em relação ao arcabouço.

Qual o balanço das decisões do governo que respingaram no mercado financeiro?

Tenho uma leitura positiva.

O teto de gastos foi espetacular e nos tirou da lama, deixando o País muito mais arrumado. Mas não é verdade que era um mecanismo perfeito, e o mercado botou na cabeça que era. Ele foi muito perverso, porque no ano que foi ruim e se crescia pouco, a despesa era menor ainda e faltava o dinheiro para setores essenciais como educação e saúde, coisa que não pode acontecer em um país como o nosso. O arcabouço está inserido não como uma destruição do teto, mas como um aperfeiçoamento, pois é um mecanismo muito mais equilibrado.

O que o mercado quer ver agora é ele ser cumprido.

O sr. está otimista ?

Estou realista. No meio financeiro, ficar pessimista o tempo inteiro, apontando onde estão os riscos e perigos virou marketing de uma suposta inteligência. Mas os preços estão muito descontados.

É evidente que nem todos os setores e empresas da Bolsa vão se beneficiar, mas há uma série de oportunidades. Junto com isso, não vejo um perigo muito grande no cenário lá fora. O problema seria uma grande recessão, ou uma explosão da economia no exterior, podendo pegar o dinheiro todo do mundo e dos EUA. Agora é torcer para que o governo consiga elevar as receitas, entregar o arcabouço da maneira que foi prometido e, se isso acontecer, podemos ver um salto ainda maior.

Quem sai vencedor do ciclo de queda da Selic?

Tenho algumas grandes apostas. A Bolsa, principalmente small e mid caps, que em todos os ciclos de quedas de juros da história no Brasil e nos EUA se valorizaram muito mais. Os fundos multimercados, porque podem investir em diversos ativos. Os fiagros, porque já é o lado do Brasil que deu certo. E também os fundos imobiliários, mas é preciso escolher os ativos certos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Lula: G20 foi ineficaz "para corrigir erros do neoliberalismo"

ELIANE OLIVEIRA

Ao assumir a presidência do G20 ontem durante um encontro de líderes do bloco em Nova Délhi, na Índia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que o Brasil colocará a redução das desigualdades no centro da agenda internacional.

Lula voltou a criticar o sistema financeiro e disse que a atuação do grupo, formado pelas economias mais ricas do planeta, foi insuficiente para corrigir os erros causados pelo neoliberalismo.

-Há 15 anos, este grupo se consolidou como uma das principais instâncias de governança global. Nossa atuação conjunta nos permitiu enfrentar os momentos mais críticos, mas foi insuficiente para corrigir os equívocos estruturais do neoliberalismo - afirmou o presidente, após receber o comando do grupo do primeiro ministro da Índia, Narendra Modi. - A arquitetura financeira global mudou pouco, se tratarmos da questão da desigualdade.

A desigualdade de renda, acesso à saúde, educação, alimentação, gênero, raça e de representação está na origem de todas essas anomalias.

Se quisermos fazer a diferença, temos que colocar a redução da desigualdade no centro da agenda internacional - FIM DA FOME ATÉ 2030 Foi uma entrega simbólica, já que, oficialmente, o Brasil assumirá o comando em dezembro.

O mandato será de um ano e terminará em novembro de 2024, com a realização de uma reunião de líderes do G20, no Rio de Janeiro.

Lula ressaltou que é preciso redobrar os esforços para acabar com a fome até 2030. Caso contrário, alertou, "estaremos diante do maior fracasso multilateral dos últimos anos". Para isso, disse, é preciso vontade política e determinação dos governantes, com recursos e transferência de tecnologias.

O presidente defendeu a maior participação dos países emergentes nas decisões do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Ele reafirmou que o Conselho de Segurança da ONU deve ter mais países desenvolvidos e em desenvolvimento como membros permanentes e não permanentes, para

recuperar a força política.

-Representamos [no G20] 80% do PIB global, 75% das exportações e cerca de 60% da população mundial. A comunidade internacional olha para nós com esperança. Vamos fazer com que as trilhas políticas e de finanças se coordenem e trabalhem de forma mais integrada - destacou.

Sem citar a guerra entre Rússia e Ucrânia, Lula disse que não interessa à comunidade internacional um G20 dividido. Segundo ele, não se pode deixar que "questões geopolíticas sequestrem a agenda de discussões".

- Precisamos de paz, de cooperação, em vez de conflito - afirmou.

Lula ressaltou que o Brasil lançará duas ações na presidência: a Aliança Global contra a Fome e a criação de uma Força Tarefa para Mobilização Global contra a Mudança do Clima. Ele voltou a citar o ciclone que atingiu o Sul do país.

-A natureza continua dando demonstração de que nós precisamos cuidar dela com muito mais carinho. Há três dias, no Brasil, um ciclone no Rio Grande do Sul matou 46 pessoas e há quase 50 pessoas desaparecidas. Isso nos chama atenção, porque fenômenos como esse têm acontecido nos mais diferentes lugares do nosso planeta.

HOMENAGEM A GANDHI Segundo o presidente, a inclusão social e o combate à fome, a transição energética e o desenvolvimento sustentável, com ênfase nas áreas social, econômica e ambiental, serão as grandes prioridades do Brasil na presidência do G20.

Lula iniciou o dia em uma cerimônia para colocar flores no Memorial Raj Ghat Mahatma Gandhi, junto com os demais líderes do bloco - que no sábado recebeu como novo membro a União Africana. Em seu discurso, ele se emocionou, ao falar sobre Gandhi.

Disse que o emprego da resistência não violenta para liderar a campanha pela independência da Índia o inspirou.

Lula ontem teve quatro reuniões bilaterais: com

Emmanuel Macron, presidente da França; Mark Rutte, premier da Holanda; Charles Michel, presidente do Conselho Europeu; e Modi.

Em seu discurso de abertura da Cúpula do G20, no sábado, Lula voltou a cobrar dos países desenvolvidos um comprometimento maior no combate ao aquecimento global.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Risco fiscal preocupa os banqueiros centrais

- ALEX RIBEIRO

ALEX RIBEIRO

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, acha que os seus colegas vão ter que falar com mais frequência sobre o descontrole fiscal de seus países. "Os banqueiros centrais vão ter que levantar a mão e dizer que o trabalho será muito mais difícil se o fiscal não for controlado", disse, num evento recente do Fundo Comunitário Keren Hayesod.

A preocupação de Campos Neto com o fiscal não é nova: ele vem insistindo há tempos que uma boa parte da **inflação** global é um problema de excesso de demanda, que foi puxada, pelo menos em parte, pela política fiscal expansionista. Agora, estão em evidência também os efeitos que os riscos fiscais causam na curva de juros futuros nas economias avançadas, sobretudo nos Estados Unidos, com repercussões nas economias no resto do mundo.

As discussões ganharam impulso há duas semanas na reunião de Jackson Hole, o mais importante encontro de banqueiros centrais e especialistas em política monetária do mundo, organizado pelo Federal Reserve (Fed) de Kansas City.

Para puxar o assunto, os organizadores encomendaram um estudo sob medida do historiador econômico Barry Eichengreen, da Universidade da Califórnia, em Berkeley.

Um dos pais do Plano Real, o economista Persio Arida, no mesmo evento com Campos Neto, resumiu assim as conclusões de Eichengreen: "a dívida pública é um enorme problema e não tem solução".

As economias avançadas ainda têm alguma chance lidar com esse ambiente complicado, mas para os países emergentes e em desenvolvimento terão uma tarefa muito mais difícil.

Qual é o tamanho do problema do endividamento?

No caso das economias avançadas, as dívidas cresceram de pouco menos de 60% do Produto Interno Bruto (**PIB**) para 80% do **PIB** desde a crise financeira global de 2008. Nas economias emergentes, passaram de cerca de 40% do **PIB** para 60% do **PIB**. O Brasil está um pouco pior do que seus pares. Tinha uma dívida de 85% do **PIB** em 2022, considerando o

critério do Fundo Monetário Internacional (FMI), que é o usado no estudo. Pelo critério do Banco Central, estava em 74,1% do **PIB** em junho.

Eichengreen, que escreveu o estudo junto com o economista Sernan Arslanalp, do FMI, foi a fundo nos dados para examinar se a dívida pública poderia cair com a ajuda de fatores como superávits primários, queda dos juros neutros, aceleração do crescimento da economia, surpresa inflacionária, repressão financeira ou reestruturação dos débitos.

Nenhuma dessas soluções parece factível neste momento.

A solução mais sensata para reduzir o endividamento público é gerar uma sequência de superávits primários relativamente altos por algum tempo. Eichengreen e Arslanalp mostram, olhando os dados históricos, que isso seria muito difícil, nas condições atuais.

Eles atualizaram um estudo anterior, feito com a participação do próprio Eichengreen, que identifica 40 episódios de superávits primários de pelo menos 3% do **PIB** num período mínimo de cinco anos. O Brasil aparece na lista uma vez, com resultado positivo médio de 3,6%, no primeiro governo Lula.

O passo seguinte é cruzar esses dados com indicadores de situações que possam ter alguma relação com os superávits primários. Uma das descobertas é que períodos de altos superávits não ocorrem quando há grande divisão política na sociedade e que são mais frequentes quando a economia está crescendo de forma mais acelerada.

"Governos divididos tornam mais difícil acordos políticos para ajustes das contas públicas mais prolongados, enquanto o crescimento mais rápido da economia facilita esses ajustes", afirmam.

Para baixar as dívidas públicas, seria preciso contar com um pouco de sorte, como um cenário que leve a uma aceleração do crescimento mundial ou a juros de equilíbrio ainda mais baixos.

Tudo isso parece bem improvável no mundo atual.

Baixar a dívida com a ajuda da **inflação** só ocorre quando os índices de preços surpreendem, mas em

geral o ganho é temporário: em seguida, os juros ficam mais altos e as pressões para recompor gastos se intensificam. É o que aconteceu com Brasil e Estados Unidos, onde a **inflação** baixou a dívida pública, mas depois veio o efeito rebote.

Repressão financeira, como controle dos juros de mercado, parecem menos eficazes hoje, com a liberalização, sofisticação e integração dos mercados financeiros. A reestruturação de dívidas costuma acontecer tardiamente, com altos custos para as economias envolvidas.

O Brasil tem os seus próprios problemas fiscais, e as divisões políticas impedem que o déficit público seja equacionado - as eleições de 2022 foram um concurso de dois candidatos que prometiam mais gastos.

O que acontece lá fora tem implicações no Brasil. A diretora de assuntos internacionais do Banco Central, Fernanda Guardado, apresentou na semana passada um estudo que sugere que pelo menos uma parte da alta da curva de juros futuros nos Estados Unidos se deve a uma reestimativa da taxa neutra, em decorrência do quadro fiscal preocupante. Ela não chegou a desdobrar as implicações para o Brasil, mas provavelmente isso vai significar mais juro por aqui. Nossa taxa neutra costuma refletir o juro neutro internacional.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230908/>

Precatórios podem levar a déficit de 0,23% do PIB em 2027

Jéssica Sant"Ana

O Plano Plurianual (PPA) enviado pelo Executivo ao Congresso prevê que o governo central terá um déficit de 0,23% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2027. A estimativa consta na mensagem presidencial que acompanha a peça de planejamento orçamentário de médio prazo e foi feita pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda.

Segundo o governo, a projeção leva em conta o vencimento do teto para o pagamento de precatórios e a necessidade de quitação dessa dívida em 2027.

"Estima-se que o montante a ser destinado ao pagamento de precatórios em 2027 se situe próximo a R\$ 200 bilhões, considerando o estoque formado de 2022 a 2026", diz a mensagem presidencial do PPA.

O Valor mostrou no mês passado que, caso o governo não busque outra solução, o pagamento de precatórios deve consumir todo o espaço discricionário do Orçamento de 2027. O alerta também consta na mensagem presidencial do PPA. "Caso não venham a ser adotadas medidas que permitam dar tratamento especial à quitação do referido passivo, sobretudo no que tange ao cumprimento do limite de despesa primária, a capacidade de o governo executar suas políticas pode ser comprometida.

Em última análise, a realização das entregas previstas no último ano do Plano Plurianual também pode ser afetada." Por isso, o governo busca alternativas para resolver a questão - entre elas, uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para classificar o estoque de precatórios como despesa financeira ou uma solução via Supremo Tribunal Federal (STF). Os ministérios da Fazenda e do Planejamento e a Advocacia-Geral da União (AGU) estudam o tema.

Em entrevista recente ao Valor, o secretário de Orçamento Federal, Paulo Bijos, afirmou que várias soluções estão sendo desenhadas.

"Tudo está em estudo, não dá para aqui colocar, mas há entendimento claro que governo herdou esse problema, é reconhecido por todos que precisa ser resolvido e já está em estudo com grau de prioridade", disse, reforçando que a diretriz é resolver a questão o quanto antes.

O governo ainda não tem uma meta estabelecida para o resultado primário de 2027, uma vez que as metas constantes no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024 vão somente até 2026. A meta de 2027 deverá ser traçada oficialmente em abril do ano que vem, mas o governo tem buscado colocar o país numa trajetória de resultados positivos, apesar da desconfiança do mercado.

Para os anos de 2024, 2025 e 2026, o PPA traz as mesmas metas do PLDO para o resultado primário, ou seja, de 0% em 2024 e de superávit de 0,50% e 1% do **PIB**, nos anos seguintes.

O PPA traz, ainda, outras projeções fiscais. Para a dívida bruta do governo geral (DBGG), a previsão é que ela fique em 77,2% do **PIB** em 2024, 77,3% (2025), 76,9% (2026) e 77,7% (2027). No caso da dívida líquida do setor público (DLSP), as estimativas são de 63,9% do **PIB** (2024), 65,1% (2025), 65,8% em (2026) e 67,5% (2027).

As estimativas para a dívida também pioram em 2027 devido à estimativa de déficit nas contas do governo, em virtude do pagamento integral de precatórios, e por causa de uma pequena elevação nas projeções para juros

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20230908/>